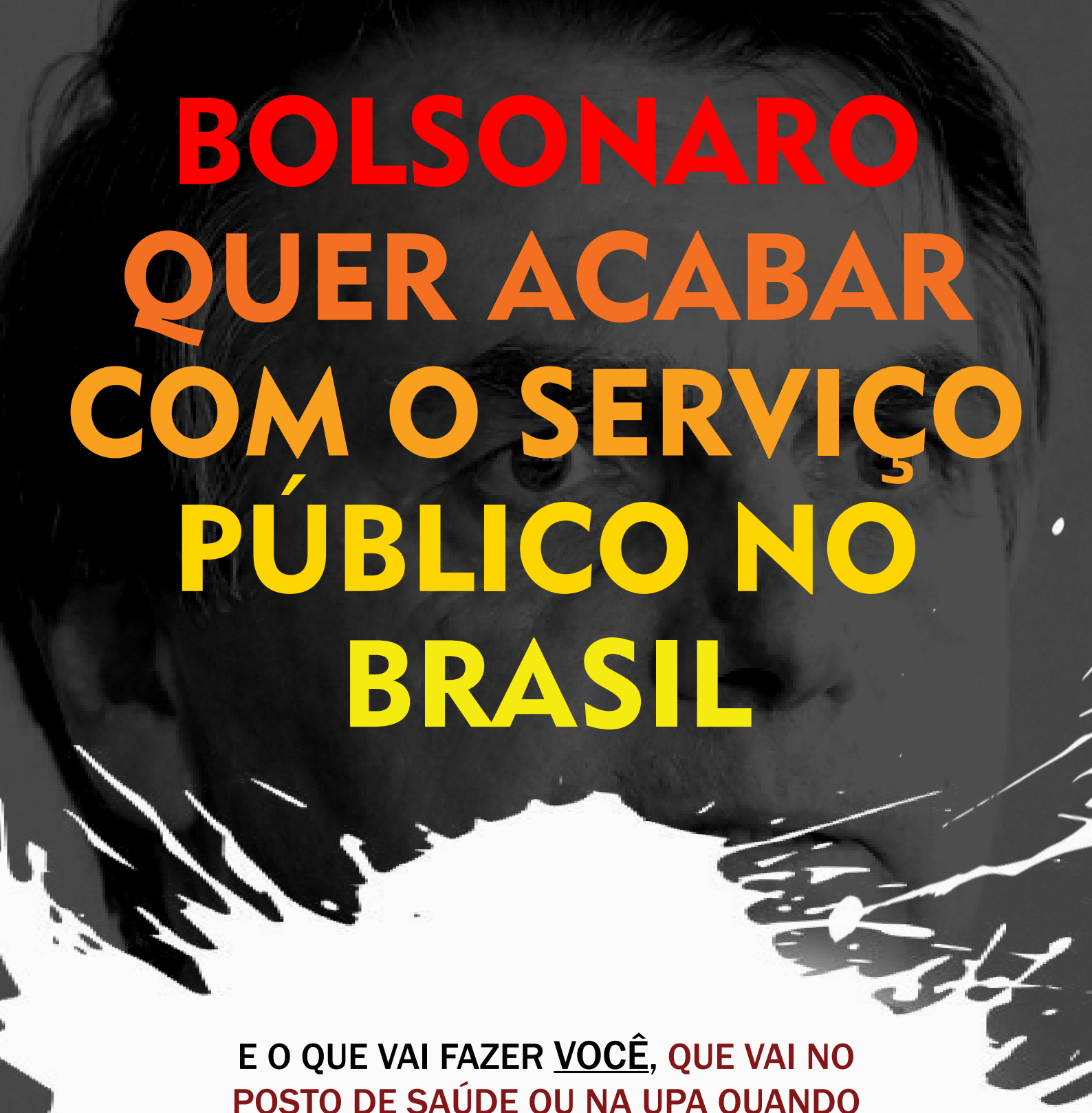

BOLSONARO QUER ACABAR COM O SERVIÇO PÚBLICO NO BRASIL

E O QUE VAI FAZER VOCÊ, QUE VAI NO POSTO DE SAÚDE OU NA UPA QUANDO FICA DOENTE? QUE TEM FILHO NA CRECHE OU NA ESCOLA PÚBLICA? QUE PRETENDE FAZER ENSINO SUPERIOR, MAS NÃO TEM COMO PAGAR?

SAIBA O QUE SÃO AS PECS 186, 187 E 188 E CONHEÇA OS RISCOS QUE ELAS OFERECEM PARA QUEM DEPENDE DO SERVIÇO PÚBLICO!

UM PAÍS SEM APOSENTADORIAS, SEM DIREITOS TRABALHISTAS E, AGORA, SEM SERVIÇO PÚBLICO

O governo Bolsonaro acaba de entregar ao Senado as Propostas de Emendas à Constituição (PEC) 186, 187 e 188. Estas propostas tem como objetivo, nas palavras da própria equipe econômica da presidência, garantir o pagamento dos juros da dívida pública com investidores de bancos nacionais e estrangeiros.

Combinadas, as três PECs não somente aprofundam os cortes e o congelamento iniciado com a Emenda Constitucional 95, mas indicam o caminho do fim do serviço público no país.

Redução do número de trabalhadores, corte de salários, proibição da construção de escolas novas, fim dos investimentos obrigatórios na educação e na saúde e proibição de pagamento dos valores ganhos na Justiça pelo trabalhador são apenas alguns dos ataques dos serviçais do governo americano, Bolsonaro e Guedes.

Mas não sou servidor público. Por quê isso me afeta?

É muito simples: serviço público é salário indireto para a população. Quem tem acesso a escolas públicas de qualidade não precisa pagar por uma escola particular. Quem tem o SUS não precisa de plano de saúde.

Por fim, é o investimento no serviço público que garante a segurança, a vigilância sanitária, a preservação ambiental, cultural e muitos outros serviços que atingem a população independente do regime de trabalho.

E O QUE FAZEM AS PECS?

Permitem ao governo (federal, estadual ou municipal) **reduzir a carga horária e o salário** dos servidores públicos em até 25%.

*

Proíbem quaisquer concursos públicos por dois anos, o pagamento de carreira ou promoções a servidores públicos.

*

Acaba com a estabilidade do servidor, transformando os cargos públicos em balcões de negócio ou cargos de confiança.

*

O congelamento de gastos da EC-95 se torna uma **medida permanente**, e não mais com duração de 20 anos. O congelamento também passa a valer para Estados e municípios.

*

Tiram R$ 220 milhões de fundos públicos para **pagar juros da dívida pública** a “investidores” (leia-se bancos nacionais e estrangeiros) sem interesse na melhoria dos serviços à população.

Acabam com os investimentos mínimos constitucionais de 25% da receita corrente líquida para a Educação e 15% para a Saúde.

*

Proíbem a criação de diversos tipos de **despesas obrigatórias** (incluindo gastos na saúde e na educação) por dois anos.

*

Tiram a obrigação do poder público de investir na **expansão da rede de ensino** (abrir novas escolas), privilegiando a educação privada.

*

Tiram da Justiça o poder de determinar **quaisquer tipos de pagamento retroativo** ao trabalhador que tenha sido lesado.

*

Permitem aos governos **negar qualquer reajuste** ao servidor público – incluindo a reposição da inflação, congelando permanentemente os salários no serviço público por dois anos.

A ESTABILIDADE PIORA O SERVIÇO

NÃO! A estabilidade foi criada para assegurar o cumprimento das funções de Estado contra o arbítrio político. O concursado não é servidor do governo, mas sim servidor da União, do estado brasileiro, seja quem for o governante atual. Entre 2003 e 2019 foram contabilizadas 7.588 demissões de servidores federais no Poder Executivo.Isso porque a Lei 8112/90 que contém as regras atuais, já prevê essas e outras sanções administrativas. O que o governo propõe como nova regra é que ele possa demitir quem não for do seu grupo político e contratar somente os seus partidários.

O ESTADO É MUITO GRANDE E A MÁQUINA PÚBLICA ESTÁ INCHADA

NÃO! A quantidade de servidores públicos de hoje é o equivalente ao ano de 1991, há quase 30 anos, quando a população era de 152 milhões. Hoje, somos 208 milhões. Além disso, o terceirizado custa aos cofres públicos cerca de três vezes mais do que um servidor público, pois a empresa contratada é quem lucra em cima do trabalhador. Diminuir o número de servidores públicos só interessa a um grupo: aquele que lucra com o serviço privatizado!

SERVIDORES PÚBLICOS FAZEM PARTE DE UMA CASTA PRIVILEGIADA

NÃO! A maior parte dos funcionários públicos brasileiros (57%) recebe salários que estão concentrados na faixa de até 4 salários mínimos, ou seja, R$ 3.992,00.
No serviço público municipal, onde está concentrada mais da metade dos servidores públicos do país, esse percentual chega a 73%.

A LAMBANÇA DE PAULO GUEDES

O braço-direito de Bolsonaro mostra diariamente a que veio: pisar no serviço público brasileiro e botar a economia nacional para trabalhar em favor do estrangeiro.
Guedes se inspira no modelo econômico do Chile e tenta replicar por aqui um modelo que, hoje, traz miséria e sofrimento aos chilenos.

AS PECs VÃO TRAZER CRESCIMENTO PARA O PAÍS

NÃO! Basta olhar os resultados da Reforma Trabalhista (que não gerou nem 20% das vagas prometidas, mas precarizou as relações de trabalho) ou para a Reforma da Previdência, que só vem para prejudicar o trabalhador.
Serviço público é salário indireto para a população, que para de gastar com serviços privados.
Essa de tirar direitos e privatizar como fórmula mágica para fazer o país crescer **é furada**! O exemplo do Chile está aí para mostrar o que acontece quando se acaba com a previdência pública, a educação e a saúde de um país.

O SERVIÇO PÚBLICO ESTÁ EM RISCO E DEPENDE DA MOBILIZAÇÃO DE TODOS.

NÃO ESPERE A DESTRUIÇÃO DO PAÍS PARA SE MOBILIZAR:

É PRECISO BARRAR AS PECS DO GOVERNO BOLSONARO!

SINDICATOS E CENTRAIS QUE APOIAM ESTA LUTA:

FETRAM/SC CUT SINTRASEM
SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

SINSEP CUT
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO

SINTE-SC
Ousar e lutar sempre.
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA

SINTUFSC

SINTRAFESC
SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - SC

SINJUSC
Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina

SINDSAÚDE
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PÚBLICO ESTADUAL E PRIVADO DE FLORIANÓPOLIS

SINTESPE CUT
Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de SC

SINSEJ CUT
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JOINVILLE E REGIÃO

SINTRAM-SJ

ASSIBGE
Sindicato Nacional

SINASEFE
FILIADO À CEA E À CSP-CONLUTAS

sindpd

SINDPREVS/SC
Filiado à Fenasps

INTERSINDICAL
Central da Classe Trabalhadora

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

CTB
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil